

Impacto da pandemia do COVID-19 na Região Autónoma da Madeira

Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) atualiza hoje o “Em Foco” dedicado aos efeitos da pandemia COVID-19 na vida económica e social da Região, com base nos dados atualmente disponíveis nas diferentes áreas. Esta é a terceira edição deste “Em Foco” no qual se destaca a informação sobre o Mercado de Trabalho proveniente do Inquérito ao Emprego.

1. Óbitos – Valor dos óbitos desde 17 de março é superior ao do mesmo período dos últimos dois anos

Os primeiros casos diagnosticados com a doença COVID-19 em Portugal foram reportados a 2 de março de 2020, ocorrendo o primeiro óbito a 16 de março. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto de COVID-19 atingiu o nível de pandemia. Na Região Autónoma da Madeira (RAM), o primeiro caso de COVID-19 foi reportado a 17 de março, não se tendo verificado quaisquer óbitos motivados por esta doença até à data em que foi finalizado este destaque (6 de agosto).

Segundo a informação preliminar obtida a partir dos assentos de óbito apurados no âmbito do Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC), na RAM, entre 17 de março e 19 de julho contabilizaram-se 919 óbitos de residentes na RAM, valor superior aos períodos homólogos de 2019 (851) e 2018 (916).

Em abril de 2020, o número de óbitos foi de 243, maior que no mesmo mês de 2018 (232) e de 2019 (219).

Em maio deste ano, contabilizaram-se 231 óbitos, valor também superior ao dos últimos dois anos (214 em maio de 2018 e 213 em maio de 2019).

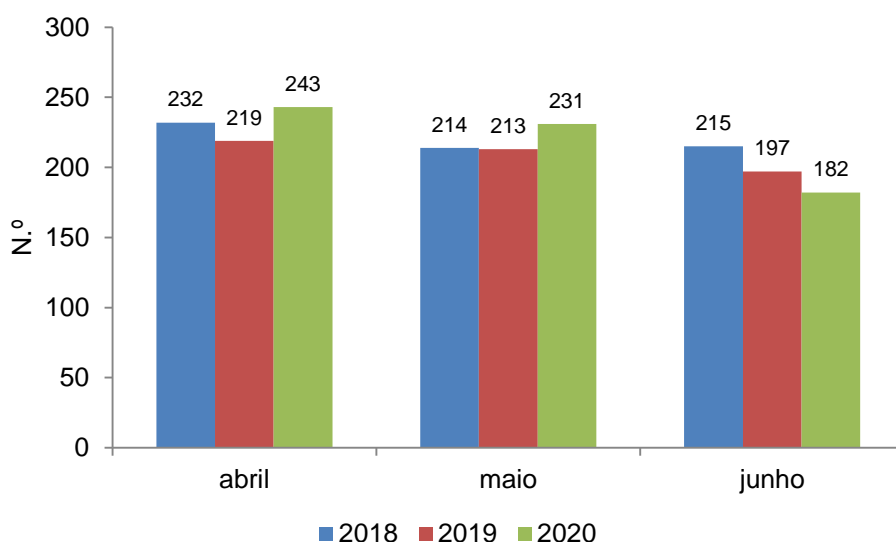
Em junho, a situação inverteu-se, com apenas 182 óbitos, abaixo dos valores de junho de 2018 (215) e de junho de 2019 (197).

Relativamente ao mês de julho, a informação apurada até ao dia 19 deixava antever uma tendência igual a abril e maio.



No intervalo temporal de 17 de março a 19 de julho de 2020, cerca de dois terços (66,1%) dos óbitos foram de idosos com 75 ou mais anos, percentagem superior à do período homólogo de 2019 (63,2%), mas semelhante à de 2018 (66,6%).

Fig.1 – Óbitos de residentes na RAM, entre abril e junho (2018-2020)



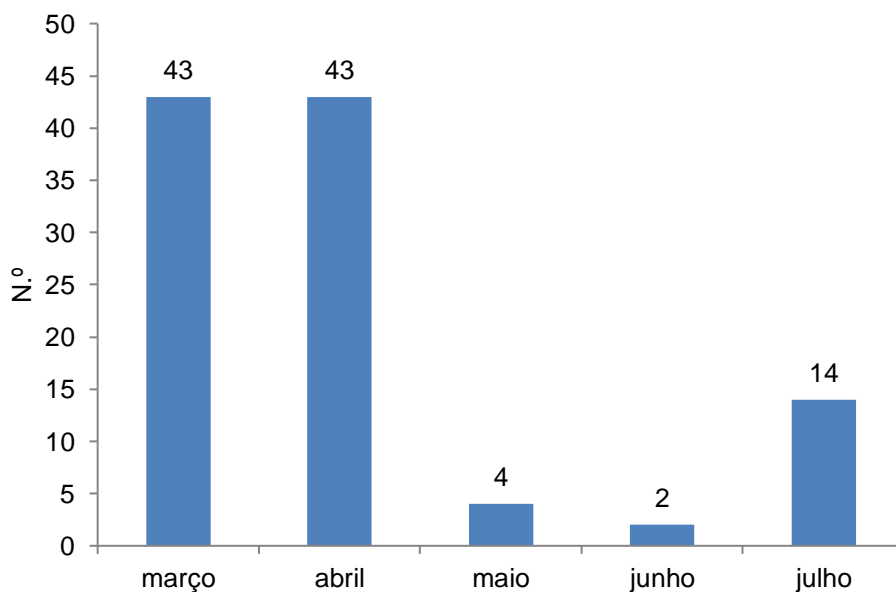
2. Saúde – Número de casos de COVID por habitante na RAM permanece como o mais baixo entre as regiões NUTSII do país

A 6 de agosto de 2020, na Região Autónoma da Madeira, o número de casos confirmados por 10 mil habitantes¹ era de 4,8, muito inferior ao do país (50,8 casos por 10 mil habitantes). Câmara de Lobos registava 12,5 casos confirmados por 10 mil habitantes, sendo o valor mais elevado observado a nível regional, mas ainda assim quatro vezes menor que a média nacional. O Funchal, município mais populoso da RAM, apresentava um rácio inferior à média regional (2,9 casos por 10 mil habitantes).

¹ Referencial é a população residente na RAM a 31 de dezembro de 2019, a última oficialmente disponível.



Fig.2 – Número de novos casos confirmados de COVID-19 por mês, entre março e julho



3. Mercado de trabalho

3.1 Taxa de desemprego cresce para 6,7% no 2.º trimestre

Conforme já foi divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela DREM, a taxa de desemprego na RAM subiu para 6,7%, mais 1,1 pontos percentuais do que no trimestre anterior. Este aumento é o efeito conjugado do crescimento dos desempregados (+12,1%) e da redução pronunciada da população ativa (-6,2%). Para a redução da população ativa contribuiu a queda da população empregada (-7,3%) e o aumento dos inativos (+7,2%).

Conforme o próprio INE reconhece, os dados do 2.º trimestre do Inquérito ao Emprego são afetados por uma “natural perturbação associada ao impacto da pandemia na obtenção de informação primária, seja pelas alterações comportamentais decorrentes das medidas de salvaguarda da saúde pública adotadas”.

Com efeito, parte das entrevistas no trimestre ocorreram durante o estado de emergência e outras já no estado de calamidade, sendo que na fase de maior confinamento é natural que muitas pessoas fossem classificadas como inativas em vez de desempregadas, pelo facto de não terem feito uma procura ativa de emprego. Também a não disponibilidade para começar a trabalhar na semana de referência ou nos 15 dias seguintes, caso tivessem encontrado um emprego, por terem de cuidar de filhos ou dependentes ou por



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



terem adoecido em consequência da pandemia, levou à sua inclusão na população inativa. Outra situação que pode levar à classificação como desemprego ou inatividade é a das pessoas ausentes do trabalho por uma duração prevista superior a três meses e que, simultaneamente, auferam um salário inferior a 50% do habitual.

A informação do 3.º trimestre de 2020 – a disponibilizar a 4 de novembro próximo – poderá trazer novamente alterações significativas aos dados, não só porque muitos dos inativos deste trimestre poderão passar à condição de desempregados, sendo também importante a forma como será gerida no futuro a questão do *layoff*, que tem sido uma medida de proteção do emprego dos trabalhadores relevante, impedindo que o desemprego cresça de forma mais acentuada.

3.2 Inativos disponíveis mas que não procuram emprego duplicaram face ao trimestre anterior

A subutilização do trabalho é um indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego. No 2.º trimestre de 2020, a subutilização do trabalho abrangeu 26,0 mil pessoas, o registo mais elevado desde o 4.º trimestre de 2018, apresentando um crescimento trimestral de 31,7% e homólogo de 19,2%. Das quatro componentes desta variável, aquela que mais cresceu no trimestre foi a dos “inativos disponíveis mas que não procuram emprego”, que mais que duplicou face ao trimestre precedente atingindo os 12,7 milhares de pessoas. Foi o valor mais elevado desde o 1.º trimestre de 2016.

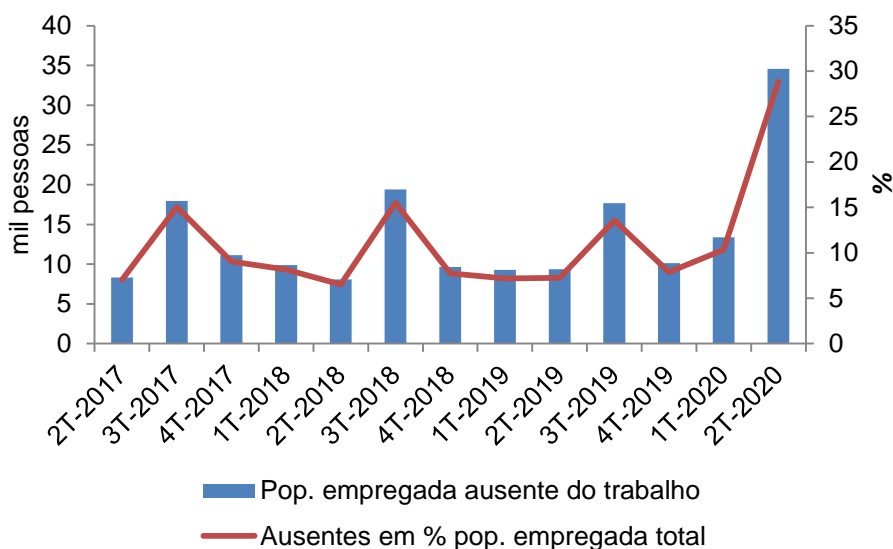
3.3 População empregada ausente do trabalho na semana de referência bate recorde

No 2.º trimestre de 2020, a população empregada ausente do trabalho na semana de referência foi estimada para a RAM em 34,6 mil pessoas, valores muito superiores ao trimestre anterior (13,4 mil) e do que no mesmo trimestre do ano anterior (9,4 mil). Conforme esperado, estes são máximos da série iniciada no 1.º trimestre de 2011, ultrapassando assim e de longe os valores observados nos terceiros trimestres de cada ano, que coincidem por norma com o período mais alargado de férias da maioria da população.

No caso da RAM, em termos percentuais, os aumentos trimestral e homólogo foram de 158,5% e 269,5%, respetivamente, superiores aos verificados a nível nacional (138,5% e 266,3% pela mesma ordem).



Fig.3 – População empregada ausente na semana de referência (2T2017-2T2020)



Embora não existam dados para a RAM sobre a razão da ausência - devido aos critérios de qualidade usados que não permitem a divulgação de dados com coeficiente de variação elevado - tal como sucede a nível nacional, o motivo deverá estar relacionado com a redução ou falta de trabalho, onde se inclui o *layoff*.

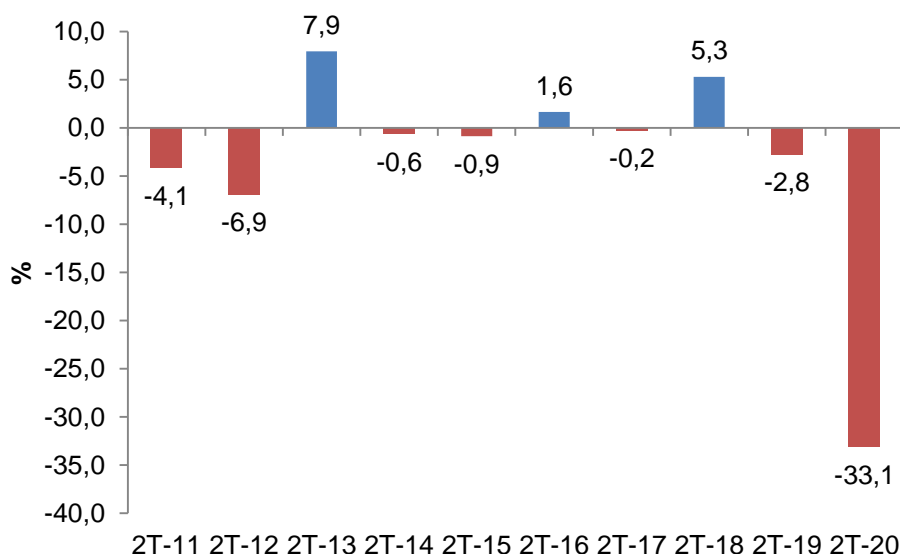
3.4 Horas efetivamente trabalhadas – Valor mais baixo da série foi registado no 2.º trimestre de 2020

No 2.º trimestre de 2020 foram efetivamente trabalhadas, em média, menos 8,1 horas que no trimestre anterior (31,2 horas) e menos 8,6 horas que no mesmo trimestre de 2019 (31,7 horas). As variações no volume total de horas trabalhadas foram de 33,1% em termos trimestrais e de 33,5% em termos homólogos.

A acentuada redução do número médio e do volume de horas efetivamente trabalhadas pode ser explicada pelo elevado aumento da população empregada ausente do trabalho na semana de referência e cujas horas trabalhadas (zero) foram contabilizadas nestes indicadores, assim como pela redução da jornada de trabalho que pode ter ocorrido em algumas empresas.



Fig.4 – Taxa de variação trimestral no 2.º trimestre do volume de horas efetivamente trabalhadas por semana



Assim, o volume de horas trabalhadas neste trimestre foi o mais baixo desde o início da série.

Entre os que trabalharam, 75,0% indicou ter trabalhado o mesmo número de horas, enquanto 21,9% referiu ter trabalhado menos horas do que as habituais.

3.5 Cerca de 16,9% da população empregada da Região trabalhou a partir da sua residência

De acordo com os resultados de um módulo especial do Inquérito ao Emprego, a população empregada que indicou ter exercido a sua profissão sempre ou quase sempre em casa na semana de referência ou nas três semanas anteriores foi estimada em 20,3 mil pessoas, o que representou 16,9% do total da população empregada). Destas, 17,9 mil pessoas (88,1%) indicaram que a razão principal para terem trabalhado em casa deveu-se à pandemia COVID-19.

De assinalar que 25,5 mil pessoas empregadas não trabalharam no emprego principal durante o período de referência, nem em casa, nem noutra local, 81,8% das quais devido à pandemia.

3.6 Desemprego registado mantém tendência ascendente

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM), em junho de 2020, o número de desempregados inscritos cresceu 3,5% face ao mês precedente e 19,2% em termos homólogos. Contudo, os efeitos da pandemia também se observam noutras variáveis como por exemplo nas inscrições



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



de desempregados ao longo do mês (+43,2%, comparativamente a junho de 2019, embora caindo 13,4% face ao mês anterior), nas ofertas de emprego captadas ao longo do mês (-47,9% em termos homólogos, embora o progressivo retomar de atividades tenha provocado um aumento de 5,2% face ao mês precedente) e nos inseridos no mercado de trabalho ao longo do mês (-58,8% comparativamente ao mesmo mês de 2019 e -42,1% face a maio de 2020).

4. Indicador Regional de Atividade Económica – Economia em queda livre em abril

O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) de abril de 2020 mostra uma forte queda na atividade económica, a maior desde que o IRAE produz resultados (março de 2006), refletindo as circunstâncias do estado de emergência que vigorou no referido mês. Contudo, esta redução foi amortecida pelo facto do valor de abril ser uma média móvel de 3 meses, ou seja, de fevereiro, março e abril, uma técnica que tem como objetivo reduzir a flutuação do indicador mas que numa circunstância de queda abrupta da economia como é o caso, sobrestima o valor do mês de referência, ou seja, de abril.

5. Comércio Internacional

5.1 Importações sofreram mais impacto que as exportações

Os dados preliminares do comércio internacional até junho mostram que comparativamente aos primeiros seis meses do ano anterior, as importações caíram 16,9%, enquanto as exportações recuaram apenas 5,5%. De notar que o comércio internacional é apenas uma pequena fração de todo o comércio que a Região faz, a maior parte do qual é com o Continente. Além disso, uma parte substancial deste comércio está relacionada com empresas instaladas no Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), particularmente no caso das exportações (86,4% do total em 2018 segundo os últimos resultados disponíveis para este ano).

5.2 Comercialização de vinho Madeira com quebra significativa em termos homólogos

Segundo os dados do IVBAM, IP, no 2.º trimestre de 2020, as vendas de Vinho “Madeira” em quantidade diminuíram 26,1% em termos homólogos, com a quebra no valor a ser ainda mais acentuada (-40,8%). O mês de junho foi até agora o que registou piores resultados comparativamente ao ano anterior, com as quedas na quantidade e no valor a serem de 59,0% e 64,5%, respetivamente.

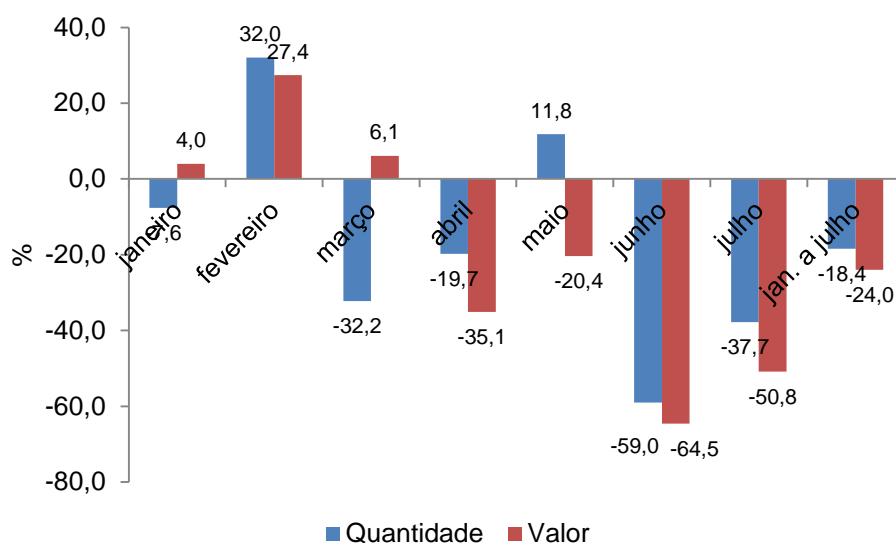
Os dados de julho estão já apurados, sendo que neste mês, as diminuições na quantidade e valor de primeira venda foram, pela mesma ordem, de 37,7% e 50,8%.

Em termos acumulados, desde o início do ano e até julho, a quantidade vendida recuou em 18,4%, enquanto o valor diminuiu 24,0% em termos homólogos.



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Fig.5 – Evolução da comercialização de vinho “Madeira” entre 2019 e 2020 (jan.-julho)



6. Construção e Habitação

6.1 Número de edifícios licenciados com alguma recuperação em maio, mas ainda abaixo do ano anterior

Depois de crescimentos homólogos nos primeiros dois meses deste ano, em março, o número de licenças de construção de edifícios diminuiu 30,2%, acentuando as perdas em abril (-44,0%), para em maio mostrar alguma recuperação, embora ainda que abaixo do nível do mesmo mês de 2019 (-20,5%). No acumulado do ano, a redução no número de edifícios licenciados ronda os 6,1%.

6.2 Comercialização de cimento diminuiu no 2.º trimestre de 2020 em termos homólogos

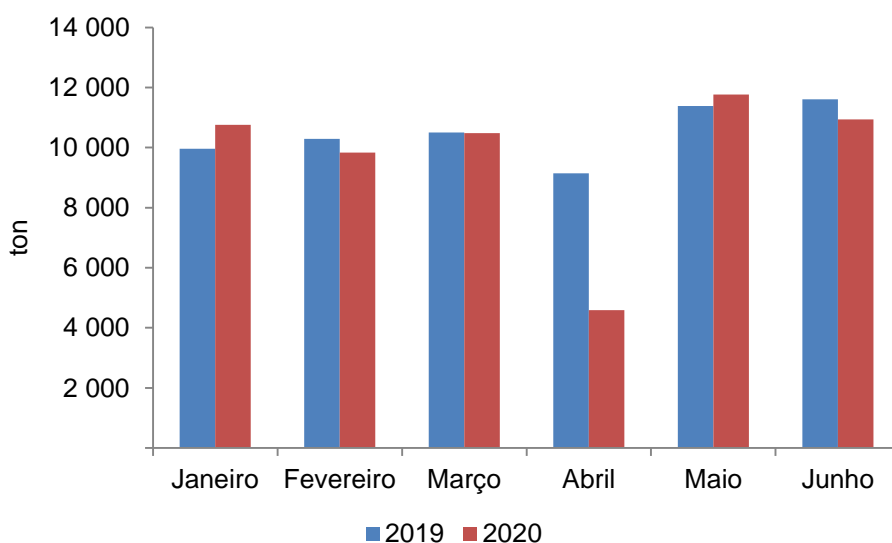
Depois do ligeiro crescimento homólogo no 1.º trimestre de 2020 (+1,0%), o 2.º trimestre está associado a uma quebra de 15,1%, em grande medida determinada pela diminuição em abril no qual registou-se um dos valores mais baixos desde que há registo mensal (4 588 toneladas; inferior a este valor apenas se encontram os registos de dezembro de 2015 e de 2016), traduzindo uma quebra de 49,8% face ao mesmo mês de 2019. Em maio e junho, os valores são próximos ao observado nos últimos 3 anos.



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Fig.6 – Evolução da comercialização de cimento entre 2019 e 2020 (janeiro-junho)



6.3 Prestação média no crédito à habitação continua mais baixa devido a medidas governamentais de combate à crise

O valor médio da prestação vencida para o conjunto dos contratos de crédito à habitação diminuiu para os 234 euros em junho de 2020, tendo os juros se fixado nos 41 euros (menos 9€ que no mês homólogo) e a amortização nos 193 euros (menos 28€ que no mesmo mês de 2019). Em junho de 2019, o valor médio da prestação vencida era de 271 euros.

A descida dos valores iniciada em abril deverá estar associada às alterações decorrentes do regime de moratória, estabelecido no Decreto-Lei nº10-J/2020. A moratória suspende, pelo prazo de seis meses, o pagamento, total ou parcial, da prestação mensal das famílias com o crédito à habitação.

De sublinhar que em termos da avaliação bancária de habitação, tanto na RAM como no país, o valor mediano permaneceu relativamente estável entre março e junho.

7. Empresas – 92% das empresas estavam em produção ou em funcionamento na 1.ª quinzena de julho

O INE e o Banco de Portugal (BdP) criaram um inquérito rápido e excecional para acompanhamento dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas empresas, cuja última edição é referente à 1.ª quinzena de julho. O inquérito só deverá ser retomado se o contexto o justificar.

A DREM, que coordenou a recolha de informação na RAM, divulgou primeiro semanalmente e depois quinzenalmente os resultados desta operação estatística.



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Segundo os últimos dados (referentes à 1.ª quinzena de julho) desta operação estatística:

- 92% das empresas estavam em produção ou em funcionamento e 6% temporariamente encerradas, sendo que a percentagem de empresas a laborar tem aumentado progressivamente;
- 68% das empresas referiram que a pandemia conduziu a uma diminuição no volume de negócios e 29% assinalaram não existir impacto;
- 22% das empresas declararam uma redução superior a 50% no volume de negócios e 32% uma diminuição entre 10% e 50%;
- 82% das empresas referiram que os preços praticados se mantiveram inalterados comparativamente à situação expectável sem pandemia. 14% reportaram diminuições de preço e 4% aumentos.
- 37% das empresas respondentes reportaram reduções no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar, enquanto 59% informaram não ter havido impacto face à situação expectável sem pandemia;
- 18% declararam uma redução superior a 50% no número de funcionários efetivamente a trabalhar e 15% apontaram para diminuições entre 10% e 50%;
- Em 59% das empresas o pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar não se alterou na 1.ª quinzena de julho, face à situação expectável sem pandemia;
- 21% das empresas referiram ter reduzido o número de postos de trabalho desde o início da pandemia e 70% não registaram qualquer impacto no total de pessoas empregadas. 78% das empresas planeia manter os postos de trabalho até ao final do ano, sendo que o número de empresas que planeia reduzir os postos de trabalho (15%) é mais do dobro das que planeiam aumentar o emprego (7%);
- 30% das empresas respondentes tinham pessoas em teletrabalho e 39% das empresas registavam a existência de pessoal a trabalhar em presença alternada nas instalações da empresa devido à pandemia;
- 71% das empresas que recorreram ao layoff simplificado teriam reduzido o emprego caso não tivessem acesso a esta medida;
- 77% das empresas deverão optar por manter o recurso ao layoff simplificado ou recorrer ao apoio à retoma progressiva e 8% das empresas pretendem em agosto recorrer ao incentivo extraordinário à normalização da atividade, na sequência do termo do layoff simplificado.

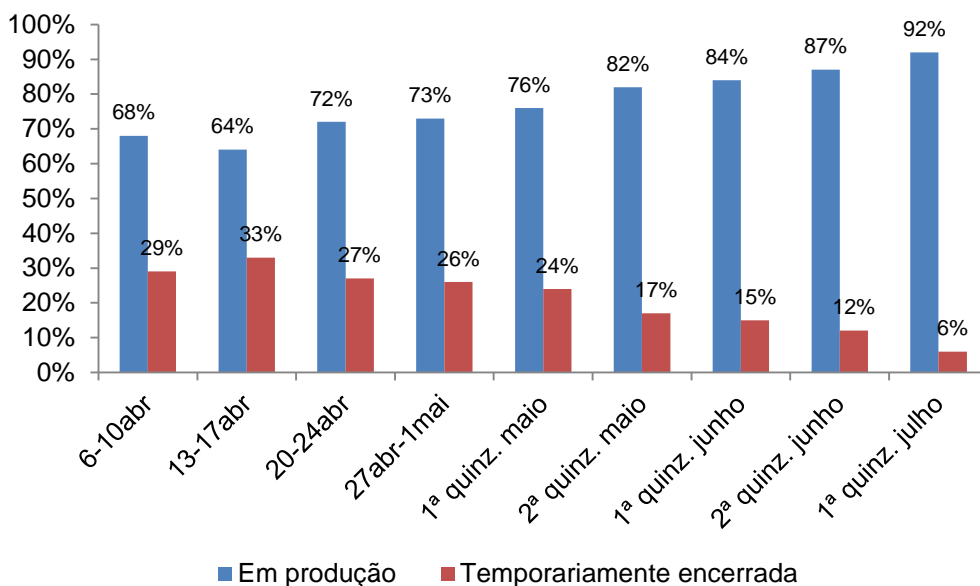


Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Fig.7 – Situação das empresas com sede na RAM, em % do total de empresas



Para mais informações sobre os resultados deste inquérito, clique [aqui](#).

8. Sociedades constituídas e dissolvidas – Pouca dinâmica na constituição e dissolução de sociedades no 2.º trimestre, apesar do saldo positivo

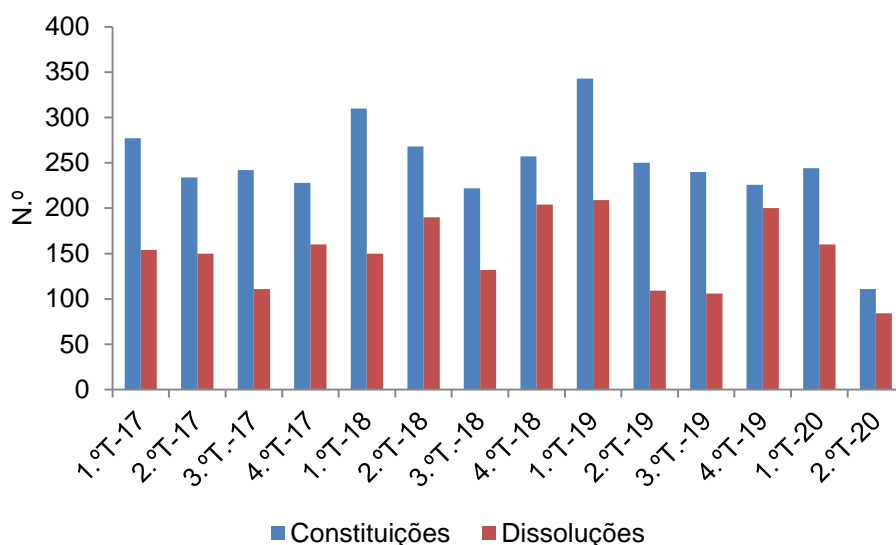
Os dados fornecidos pela Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ) ao INE referentes ao 2.º trimestre mostram um saldo positivo (+27) entre constituições e dissoluções, mas os números subjacentes a este saldo evidenciam uma baixa dinâmica nas constituições e dissoluções. Aliás, a consulta do histórico permite perceber que no caso das dissoluções é o menor registo desde o 4.º trimestre de 2008, enquanto nas constituições – apesar da inexistência de dados trimestrais entre o 1.º trimestre de 2006 e o 4º trimestre de 2009 - pode afirmar-se que nos últimos 10 anos não existe um valor tão baixo de constituições. Por mês, constata-se que abril foi o mês de maior paralisação com apenas 18 sociedades constituídas e 20 dissolvidas. Em maio (46 constituições e 27 dissoluções) e junho (47 constituições e 37 dissoluções), os valores cresceram, mantendo-se porém num patamar inferior ao registo dos últimos anos.



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Fig.8 – Sociedades constituídas e dissolvidas na RAM, por trimestre (1.ºT17 – 2.ºT20)



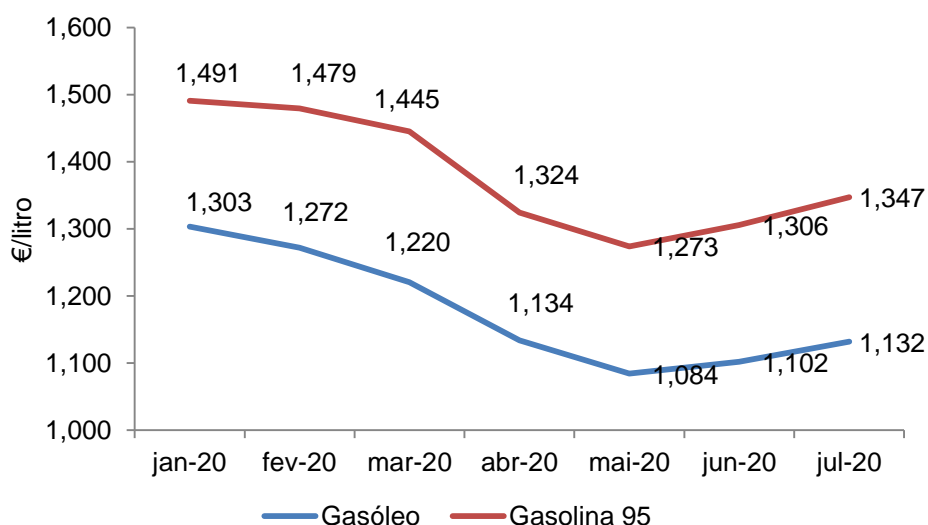
9. Introdução no consumo de combustíveis – Quantidades introduzidas no consumo dos principais combustíveis com forte recuo no 2.º trimestre e preços recuperam em junho e julho

Segundo os dados fornecidos pela Alfândega do Funchal, as quantidades introduzidas dos principais combustíveis (gasóleo e gasolina) recuaram 37,7% no 2.º trimestre comparativamente ao período homólogo. Neste ano, as quebras começaram em março (-19,1%), depois de crescimentos em janeiro e fevereiro. Em abril, a redução foi bastante mais acentuada (-59,8%), tendo-se posteriormente desagravado em maio (-32,7%) e junho (-20,8%), embora mantendo o registo negativo.

No 2.º trimestre de 2020 o preço dos principais combustíveis caiu de modo acentuado face ao trimestre anterior. No caso do gasóleo a redução foi de 15,9 cêntimos e na gasolina de 17,1 cêntimos. Olhando à informação por mês, observa-se que desde o início do ano houve uma redução sucessiva dos preços até maio, mês no qual o gasóleo custava 1,084€/litro e a gasolina de 95 octanas, 1,273€/litro. A partir de junho, a tendência inverteu-se, com os preços a crescerem, sendo que em julho, rondavam, pela mesma ordem, os 1,132€/litro e os 1,347€/litro. Estes valores estão ainda assim, distantes dos de janeiro (1,303€/litro no gasóleo e 1,491€/litro na gasolina).



Fig.9 – Média dos preços máximos de alguns combustíveis



10. Emissão de energia elétrica – 2.º trimestre com quebra homóloga superior a 15%

Segundo os dados disponibilizados pela EEM, SA, a emissão de energia elétrica diminuiu 15,6% no 2.º trimestre de 2020. Com efeito, atendendo aos dados mensais, as reduções foram particularmente acentuadas a partir de abril, com uma quebra de 17,0% neste mês, que continuou em maio (-15,8%) e em junho (-14,0%). A informação mais recente, de natureza preliminar, referente ao mês de julho, indicia um recuo de cerca de 10,5% nesta variável.

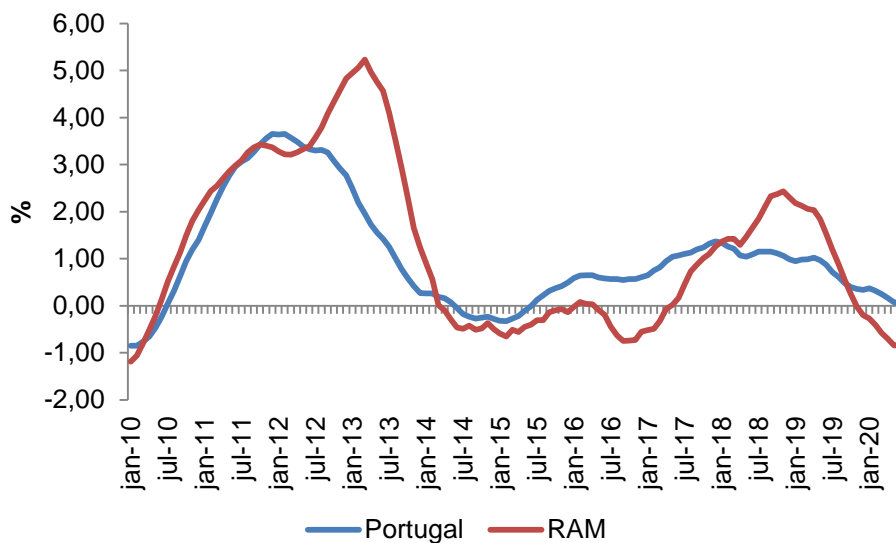
11. Índice de Preços no Consumidor – Taxa de inflação estabiliza em terreno negativo

A taxa de inflação de junho – variação média dos últimos 12 meses – foi de -0,8%, estabilizando face a maio, depois de uma sequência de 18 meses em que esta variável macroeconómica foi sucessivamente diminuindo, até entrar em terreno negativo em novembro do ano passado.

Em junho, os preços recuaram também em relação ao mês homólogo, mas cresceram comparativamente ao mês anterior, sendo de assinalar na variação face a maio, o crescimento nos preços dos transportes (+2,7%), depois do recuo no mês anterior (-2,1%). O mesmo sucedeu nos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas que aumentaram 1,6% em junho face ao mês precedente, depois de terem diminuído em maio (-1,6%).



Fig.10 – Taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor – Portugal e RAM



12. Sector monetário e financeiro

12.1 Rede Multibanco – Números do 2.º trimestre deixam antever choque negativo no consumo privado

Segundo os dados fornecidos pela empresa SIBS, o agregado dos levantamentos e das compras através de terminais de pagamento automático (TPA) registou uma quebra de 29,6% no 2.º trimestre de 2020. Tal como outras variáveis que constam deste “Em Foco”, março marcou o início da queda (-15,3%), com pico em abril (-46,1%), para em maio (-27,3%) e junho (-16,4%) a queda se suavizar.

Os dados da rede Multibanco refletem também o forte impacto que a pandemia do COVID-19 está a ter no turismo, com os montantes movimentados com cartões internacionais no 2.º trimestre a diminuírem 81,8% enquanto no caso dos cartões nacionais houve um recuo de 20,0%. Os levantamentos retrocederam 27,5% em termos homólogos, enquanto as compras através de TPA caíram ainda mais (-31,0%).

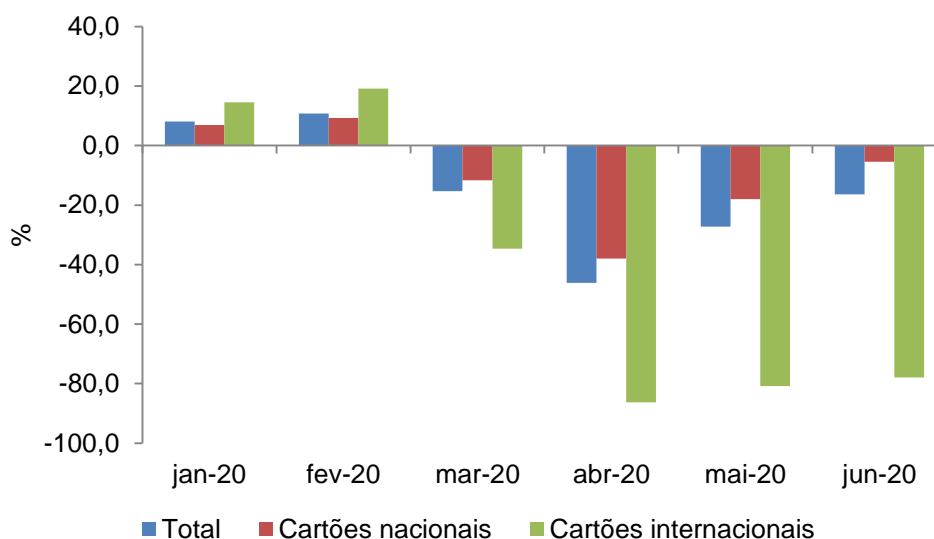
Em termos de acumulado do ano, até junho, a quebra do agregado dos levantamentos e das compras através de TPA já atinge os 15,1%.



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Fig. 11 – Taxa de variação homóloga dos levantamentos agregados aos pagamentos através de TPA, por tipo de cartão



12.2 Empréstimos da banca a sociedades não financeiras a crescer

Segundo os últimos dados disponibilizados pelo Banco de Portugal relativos ao saldo dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (SNF) com sede na RAM, observa-se que depois de esta variável ter registado um mínimo da série disponível (com início no último mês de 2002) em dezembro de 2019 de 1 510,2 milhões de euros, o saldo dos empréstimos a SNF cresceu de forma acentuada entre março e abril (+12,4%), mantendo-se a tendência em maio (+2,2%) e junho (+3,5%). Entre o final de 2019 e o final do 1.º semestre de 2020, a variável em análise cresceu 360,6 milhões de euros, ou seja, 23,9%.

13. Transportes – Movimento de passageiros com números baixos

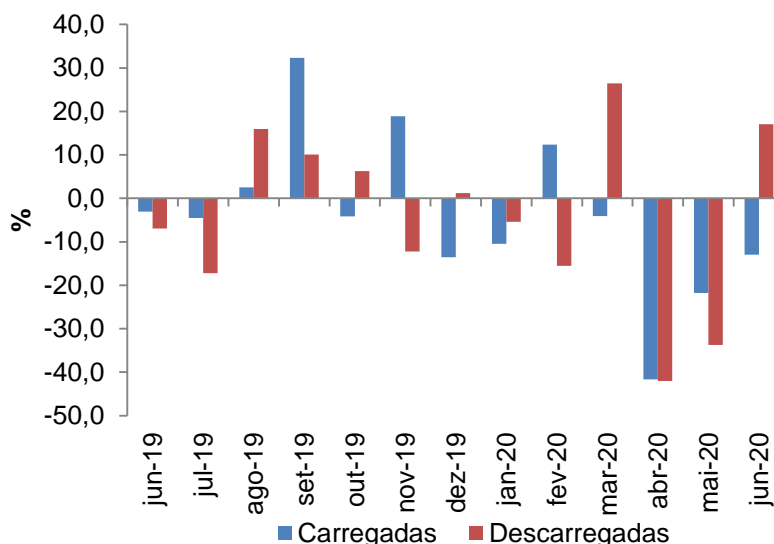
Os portos de cruzeiros da Região continuam sem receber navios de cruzeiro, desde que em março foram tomadas medidas no sentido de proibir a atracagem deste tipo de navios. Assim, o número acumulado de passageiros em trânsito em navios de cruzeiro nos portos da RAM em 2020 permanece em 143 142, representando uma perda de 54,4% no 1.º semestre deste ano em termos homólogos. Na linha Madeira-Porto Santo, as perdas em abril foram quase totais (apenas 173 passageiros nos dois sentidos), com as quedas em maio e junho, a ascenderem aos 78,1% e 42,1%, respetivamente. No 2.º trimestre a redução homóloga é de 66,5% e no acumulado do ano (1.º semestre) ronda os 60,4%.

Quanto ao movimento de mercadorias nos portos da Região, depois de o 1.º trimestre de 2020 estar associado a um aumento homólogo de 1,3%, no 2.º trimestre do referido ano verificou-se uma quebra muito



acentuada naquela variável, de 22,0%, mais pronunciada no carregamento (-25,4%) do que no descarregamento de mercadorias (-21,5%). Por mês, abril trouxe uma queda homóloga no movimento de mercadorias muito pronunciada de 42,0%, atenuada em maio (-32,5%) e invertida em junho (+12,8%).

Fig. 12 – Taxa de variação homóloga do movimento de mercadorias nos portos regionais



Nos aeroportos da RAM, as medidas restritivas para contenção do COVID-19 também tiveram um impacto fortíssimo. Com efeito, o movimento de passageiros (embarcados, desembarcados e em trânsito) nos dois aeroportos da RAM em março de 2020 reduziu-se em 50% e quase se anulou por completo em abril e maio. Assim, no quarto mês deste ano, passaram pelos dois aeroportos da RAM apenas 371 passageiros e em maio 1 839. Em junho, existiu uma ligeira recuperação, com o total de passageiros a não chegar contudo aos 9 mil (8 841), traduzindo uma redução de 97,1% face ao mesmo mês de 2019. As perdas acumuladas do 1.º semestre já ascendem aos 61,7% em termos homólogos.

Nos transportes terrestres é de assinalar a acentuada redução nos passageiros transportados nas carreiras urbanas, que no 2.º trimestre de 2020 rondou os 68,2%, o que significa que comparativamente ao mesmo período do ano passado os “Horários do Funchal” transportaram menos de um terço dos passageiros. Abril liderou as quebras (-83,8%), seguido de maio (-72,3%) e junho (-48,5%).

As medidas restritivas para controlo da pandemia tiveram contudo um efeito positivo na redução dos acidentes de viação, com aqueles acidentes onde se contabilizaram vítimas a diminuírem 43,4% no 2.º trimestre de 2020 em termos homólogos.



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



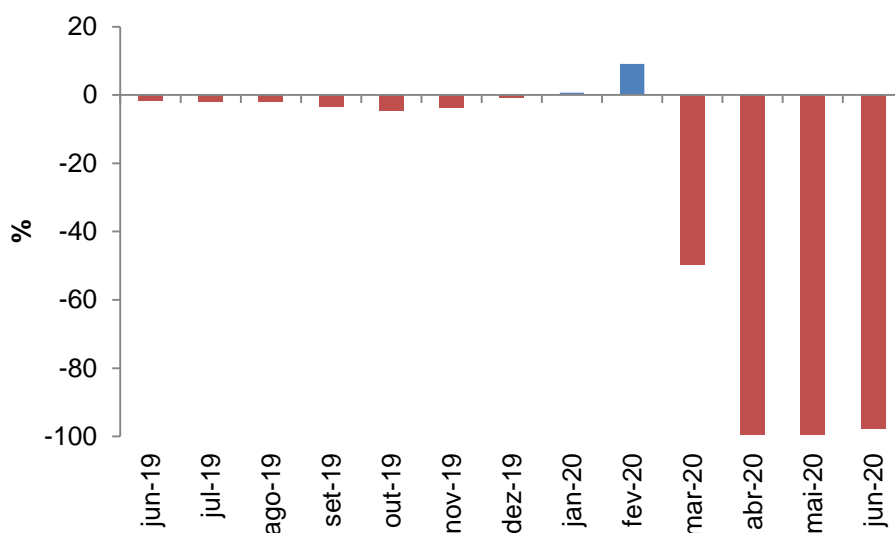
14. Turismo – Dormidas em mínimos históricos

No domínio do Turismo, depois de um início de ano auspicioso, seguiu-se uma queda de cerca de 50% em março, assistindo-se em abril e maio à quase neutralização da atividade turística, com o número de dormidas no alojamento turístico coletivo a não ultrapassar os 4,0 mil e os 5,0 mil respetivamente. Em maio, a quase totalidade dos estabelecimentos estiveram encerrados ou sem movimento, situação a que apenas escapou 1,6% dos estabelecimentos do Turismo no Espaço Rural e de Habitação, 2,6% da hotelaria e 3,4% das unidades de alojamento local.

Com tão baixo número de dormidas, os proveitos totais e de aposento foram mínimos (-99,8% e -99,7%, respetivamente em termos de variação homóloga), tal como o RevPAR que, em maio deste ano, afundou para os 6,41€, caindo 87,1% em termos homólogos. O proveito médio por quarto ocupado também diminuiu para 38,23€, fruto do maior peso do alojamento local no total de dormidas, traduzindo uma redução homóloga de mais de 47,2%. A taxa de ocupação-cama em maio, que nos últimos sete anos esteve quase sempre entre os 60% e 70% (sendo que em maio de 2016 superou mesmo esta marca), não ultrapassou os 12,3%. A estada média foi também reduzida (3,34 noites) em maio de 2020 por comparação com o mês homólogo (4,70 noites).

Numa primeira projeção dos valores de junho 2020, o INE estima para a Região cerca de 16,9 mil dormidas, o que representará um recuo homólogo de 97,6%, referindo aquele organismo que 76,5% dos estabelecimentos da Região declararam cancelamentos para os meses de junho a outubro deste ano. Estes dados deverão ser atualizados na divulgação da DREM prevista para 14 de agosto.

Fig. 13 – Taxa de variação homóloga das dormidas no alojamento turístico coletivo



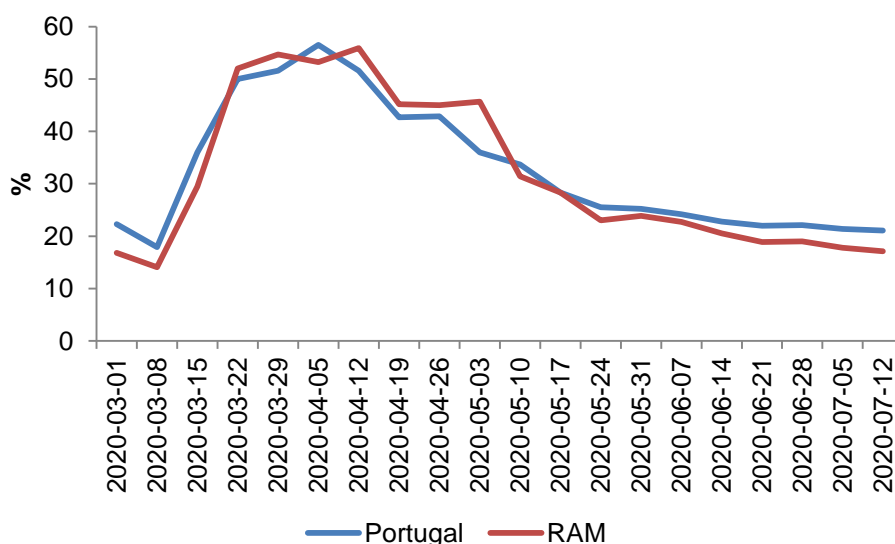
15. Mobilidade da população – Desconfinamento progressivo reduz proporção de pessoas que ficam em casa

Apesar de ser evidente que as restrições de mobilidade da população fizeram aumentar a proporção daqueles que permaneceram em casa, não deixa de ser relevante fazer uma quantificação desse fenómeno. No caso, o INE acedeu a informação trabalhada pela Carnegie Mellon University, com base em atualizações de localização recolhidas a partir dos dispositivos móveis de utilizadores da aplicação Facebook que têm a opção “histórico de localização” ligada.

Conforme evidencia a fig.14, no primeiro domingo depois da entrada em vigor do estado de emergência (19 de março) estima-se que 52% da população tenha ficado em casa. Já no domingo anterior se descortinou em efeito COVID com 29,5% da população a permanecer na sua residência, cerca do dobro em circunstâncias normais (14,1% no dia 8 de março). No domingo de 12 de abril, dia de Páscoa, atingiu-se o pico da proporção da população que ficou em casa (55,9%) num domingo.

Com a passagem do Estado de Emergência para o Estado de Calamidade a 3 de maio e com as posteriores medidas de desconfinamento, a referida proporção foi caindo, primeiro para níveis imediatamente antes da entrada em vigor do estado de emergência (31,4% a 10 de maio) e depois para níveis idênticos ao início do mês de março (17,1% a 12 de julho).

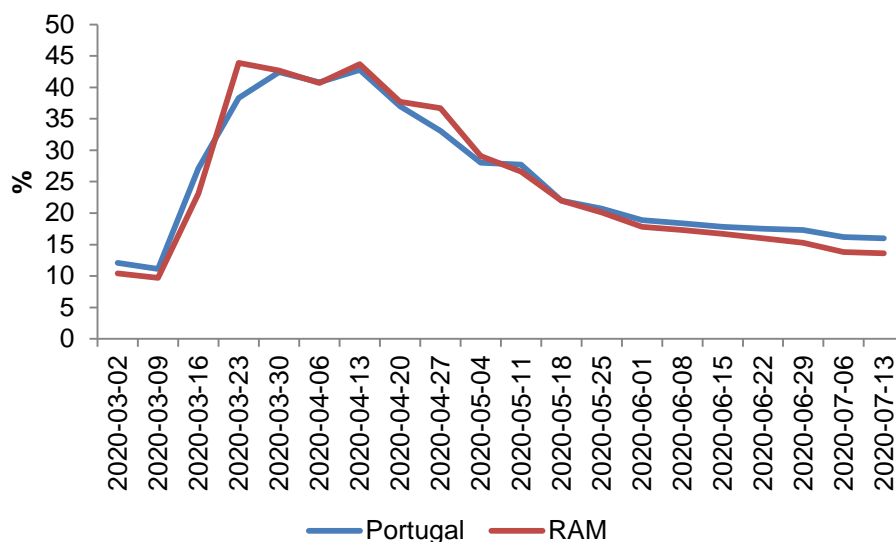
Fig. 14 – Proporção de população que “ficou em casa” nos domingos de 1 de março a 12 de julho



Os dados para as segundas-feiras, nas quais a percentagem de população que fica em casa é obviamente inferior à dos domingos, mostram uma evolução muito semelhante.

Note-se que quer para os domingos, quer para as segundas-feiras o comportamento dos residentes na RAM está em linha com a média nacional.

Fig. 15 – Proporção de população que “ficou em casa” nas segundas-feiras de 2 de março a 13 de julho



16. Receitas fiscais – Impacto já é sentido em alguns impostos

De acordo com o último Boletim de Execução Orçamental, publicado pela Direção Regional de Orçamento e Tesouro (DROT), no 1.º semestre de 2020 as receitas fiscais evidenciaram um crescimento de cerca de 20,3 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior. Apesar deste crescimento na globalidade dos impostos, é visível já o impacto da perturbação económica provocada pelo COVID-19 em algumas parcelas. Assim, o Imposto sobre veículos quebrou 43,7% refletindo a redução na aquisição de veículos automóveis novos, enquanto o Imposto sobre o Tabaco recuou 26,8%. O confinamento teve impacto no consumo de combustíveis, provocando uma redução do Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (-14,9%). O Imposto de Selo também recuou 7,4%. De notar que o forte crescimento da rubrica dos outros impostos indiretos resulta tão-somente da reclassificação da receita proveniente dos Jogos sociais.



Direção Regional de Estatística da Madeira
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"



Fig. 16 – Receitas Fiscais, em Contabilidade Pública (janeiro a junho)

	2019	2020	Var. (%)
Receita fiscal	355 087	375 366	5,7
Impostos Diretos	79 149	94 386	19,3
IRS	67 020	79 507	18,6
IRC	12 129	14 880	22,7
Impostos Indiretos	275 938	280 979	1,8
ISP	25 251	21 492	-14,9
IVA	210 570	219 981	4,5
ISV	4 110	2 316	-43,7
IT	19 372	14 184	-26,8
IABA	3 284	3 353	2,1
IS	9 785	9 057	-7,4
IUC	2 349	2 379	1,3
Outros	1 217	8 219	575,6

17. Ambiente – Nível de poluição de NO₂ no Funchal com redução assinalável

De acordo com a [informação disponível](#) na página de internet da Agência Europeia do Ambiente, é possível analisar a evolução dos níveis de dióxido de azoto (NO₂) no Funchal desde 1 de janeiro a 31 de julho e compará-los com os 4 anos anteriores.

A fig.17 mostra uma forte quebra nos valores de NO₂, particularmente entre meados de março e meados de maio, e um consequente afastamento dos valores de 2020 do intervalo dos últimos 4 anos, coincidente com a maior percentagem de fecho temporário de empresas e com a generalização do teletrabalho quer no sector privado, quer no público. Naquele período, os valores de NO₂ chegaram a ser cerca de 60% inferiores ao mínimo observado nos quatro anos precedentes. A partir de junho e até ao final de julho assistiu-se a um aumento dos valores de NO₂, que contudo situaram-se sempre abaixo do mínimo dos últimos 4 anos.



Fig. 17 – Nível de poluição diária por dióxido de azoto (NO2) no Funchal

